

EDITORIAL

VELHAS E NOVAS CAMPANHAS

Diante de mais uma eleição presidencial, nossa maioria democrática é apenas cronológica. Dezoito anos depois da promulgação da Constituição atual e dezessete das primeiras eleições após décadas de ditadura, o cenário atual está marcado pela violência e pela corrupção. Mais que um debate de idéias e propostas, que a contraposição de formas organizativas e metodologias de ação, predomina a denúncia, a ameaça, a desqualificação. A começar pelos aparatos políticos institucionais (executivos, legislativos e judiciários), enredados em tramas e redes difíceis de desatar.

No caso específico do Parlamento, verdade seja dita: a história do Congresso Republicano brasileiro não é das mais edificantes. Da imposição por força das armas dos primeiros presidentes militares, no final do século XIX, passando pelas eleições fraudadas pelo “bico de pena” da República Velha, até desembocar na farsa democrática das Casas funcionando na normalidade aparente dos regimes ditatoriais (dos anos 30 como dos 60), não resta dúvida que o Congresso Nacional tem sido um termômetro bastante sensível das crises e impasses vivenciados pela sociedade brasileira no último século.

Em meados da década passada, os inúmeros escândalos de corrupção, de vários tipos e tamanhos, levou alguns a denunciarem a falta de legitimidade desta instituição, com seus *“trezentos picaretas com anel de doutor”*. Nos últimos anos, porém, a enxurrada de episódios de compra de voto, corrupção e desvio de verbas públicas nos leva a questionar a legitimidade destes mesmos parlamentares (tanto mais que mais de 90% dos acusados concorrem à reeleição). Qual a estimativa mais apropriada da picaretagem nos tempos que correm?

Por outro lado, a virulência, o desrespeito e a baixeza com que a mídia burguesa e os principais dirigentes da direita tratam o presidente-candidato Lula e o PT (“é preciso acabar com essa raça”, disse o pefelista Jorge Bornhausen) ajudam a recordar-nos que, por mais que setores populares se aliem circunstancialmente às classes dominantes, (1) estas jamais irão incorporar plenamente membros das classes populares no seu meio e (2) esta é a reação esperada para qualquer governo que pretenda colocar em prática um programa que afete, mesmo que epidermicamente, a reprodução do capital.

De todo modo, o problema maior não são os ataques sofridos pelo governo; afinal, a política é uma luta, e o Parlamento, uma de suas arenas mais vistosas. A questão é que não estamos diante de um governo que fira a fundo os interesses do capital. Não a toa, mesmo a campanha de desqualificação de sua imagem não é unânime na grande imprensa, a exemplo do maior grupo de comunicação, que vira e mexe ressalta a imagem do retirante que virou dirigente maior da Nação (pulando a parte das lutas sindicais, *of course!*).

Este, aliás, é mais um grave defeito do governo Lula: não ter implementado sequer o esboço de uma política de comunicação própria, que permitisse estabelecer um diálogo mais direto com os movimentos sociais e a grande massa da população brasileira, sem o filtro das grandes redes. Nem ter esboçado uma perspectiva política, interna e/ou externa, que anunciasse, ainda que embrionariamente, a ruptura com (ou pelo menos o enfrentamento do) o modelo econômico atual. Muito pelo contrário, o candidato-presidente já afiançou a manutenção do modelo, sem sequer precisar firmar uma nova carta para isso.

Longe de pretender aqui um balanço da dinâmica política recente do continente latino-americano, mas não há como desconsiderar o instigante mapa traçado pelas urnas entre boa parte dos nossos vizinhos. O cenário andino é paradigmático: de um lado, a expressiva vitória do líder popular Evo Morales nas eleições bolivianas de dezembro de 2005. De outro, o retorno, já como farsa, do ex-presidente peruano Alan García, após uma trágica aventura no final da década de 1980. Em suas alturas imponentes, os Andes são como que um símbolo da complexidade deste panorama, sobretudo nos próximos anos, nestas tensas fronteiras latino-americanas, sob as quais se confrontarão um bloco que ousa afrontar o capital imperialista e outro que prefere se manter alinhado, ratificando Tratados de Livre Comércio lesivos aos interesses dos seus próprios cidadãos.

Para além do já corriqueiro rodízio entre supostos socialistas (como Michelle Bachelet, eleita no Chile em janeiro deste ano) e conhecidos neoliberais (a exemplo do colombiano Álvaro Uribe, reeleito em maio), outro caso que desperta atenção particular é o do México. Não tanto pela duvidosa (posto que suspeita de fraude) derrota de López Obrador por míseros 0,58% dos votos, sobretudo quando existem milhares de urnas sob suspeita: afinal, ocorrências como esta não são raras entre nós, nem mesmo são uma exclusividade da democracia norte-americana. O que nos interessa é a inusitada campanha política levada a cabo pelo movimento zapatista desde o início do ano.

Apropriadamente nomeada de “Outra Campanha”, ela se constitui num verdadeiro *tour* político pelo país, não para caminhar pelas ruas, apertar a mão das pessoas, carregar suas crianças, ouvir seus pedidos, partilhar com elas eventuais cafés bissextos... Mais do que se colocar contra o pleito oficial, no que poderia assumir a forma de uma equivocada pregação pelo voto nulo, esta Campanha trilha outras sendas: conhecer os diversos movimentos sociais e organizações de esquerda, escutar, falar, dialogar, em busca de um caminho novo, que não seja específico muito menos exclusivo para os indígenas de Chiapas, mas que abarque a grande maioria do povo mexicano e, mais que tudo, logre superar a pulverização e desarticulação destes mesmos movimentos e organizações.

Houve algo de novo na nossa campanha? Algum avanço em relação ao cenário traçado no início do ano, quando, no editorial “Sinais contraditórios” (**Cadernos do CEAS**, 221), perguntávamos, em torno das eleições, não somente o que “*as urnas decidem que já não esteja decidido?*” mas “*que urna pode decidir melhor?*”

Os desafios postos não são apenas de conteúdo como também de forma (a propósito, a plataforma do PSOL lembra em muitos aspectos aquela petista de 1989, mas não sua relação com os grupos organizados ou sua inserção nas classes populares). Ora, como a população pode se aproximar do voto se a discussão eleitoral silencia justamente em relação ao programa que vai ser efetivamente implementado por qualquer dos candidatos que seja eleito? E nada avança no que diz respeito às orientações macroeconômicas, à previdência social, às propostas de (des)regulamentação do trabalho? Aliás, este ano é possível constatar (mais) um recuo do PT, que na eleição passada ainda discutia seu programa em seminários, encontros com setores específicos etc. Estamos, mais uma vez, na iminência de debates televisivos sem a presença do candidato favorito, uma prática inaugurada pelo imperial FHC nos anos 90.

Sem dúvida, as eleições se dão cada vez mais “por cima”, sem relação direta com as bases da sociedade, de maneira que acertos e/ou erros de um ou outro governo não conseguem galvanizar as massas. Para intervir de maneira mais qualificada neste debate, há que levantar questões para além da imediatividade dos pleitos eleitorais. Duas nuvens, porém, nos assombram: (1) os desejos reais e concretos daquilo que chamamos imprecisamente de base, massa, povo (e que se encontra bastante esgarçado a partir dos anos 90, com escassos movimentos ou organizações populares que a cimentem) e (2) o fantasma da *governabilidade*, que impõe que se faça (quase) tudo para garanti-la, o que, na prática, significa fazer (quase) nada do que efetivamente deveria ser feito...

Será possível uma equação política que dê conta de ambos os espectros ou há sempre que priorizar um deles? É bom dizer que os governos recentes (municipais, estaduais e federais), por mais deslavadas juras de amor feitas ao povo nos palanques, ou mais honestas as intenções de “inverter” as prioridades (como se dizia até bem pouco tempo), com o passar dos cem dias terminam rendendo-se ao pragmatismo dos mercados, às pressões do Império, à lei da sobrevivência e da perpetuação no poder, postergando para as futuras eleições um encontro mais caloroso com suas bases.

Enfim, o desafio consiste em mudar substancialmente a realidade social através da esfera política quando esta se encontra limitada pelos mecanismos eleitorais anteriormente apontados e por uma série de comportamentos fisiológicos, clientelistas e oportunistas que rasgam a sociedade de baixo a alto. Ele não se restringe, portanto, à construção de novas formas de organização política como também à transformação de nossa própria cultura política, numa nova dinâmica que fosse capaz de combinar *democracia representativa* (inevitável em sociedades complexas) com *democracia direta*, com todas as tensões e problemas que isso possa acarretar. Aprofundar a democracia, radicalizando-a e empurrando-a para frente e para baixo.